

Gás para Crescer

Subcomitê Temático [CT GN – SC2]

**Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural (CT-GN)
Subcomitê de Transporte e Estocagem**

abril de 2017

Escopo

Levantamento da legislação aplicável às atividades de transporte e estocagem de gás natural para identificar as alterações necessárias à implementação das propostas de aperfeiçoamento do marco regulatório em conformidade com as diretrizes do programa Gás para Crescer .

Temas Abordados

- Novo modelo do transporte de gás natural
 - (a) Modelo de Gestão Independente e Integrada do Sistema de Transporte de Gás Natural associado a independência comercial e operacional dos transportadores e reforço da separação de atividades potencialmente concorrenciais das monopolísticas
 - (b) Modelo tarifário para implementação do Sistema de entrada e saída para reserva de capacidade de transporte (Reserva de Capacidade)
- Incentivos à estocagem e sua integração com o modelo de transporte
 - (c) Estímulo ao Desenvolvimento de instalações de estocagem
- Aperfeiçoamentos ao planejamento da expansão da malha de transporte
 - (d) Revisão do planejamento da expansão do sistema de transporte
- Eventuais alterações no modelo de outorga de transporte e estocagem
 - (e) Reavaliação dos modelos de outorga de transporte, armazenamento e estocagem

ORDENAMENTO JURÍDICO

■ **LEGISLAR → União (Congresso Nacional)**

- ✓ A Lei cria, extingue ou modifica o Direito

■ **REGULAMENTAR → União (Poder Executivo)**

- ✓ O Regulamento, editado por Decreto, estabelece as diretrizes do exercício do Direito

■ **REGULAR → União (Agências Reguladoras)**

- ✓ A Regulação, por meio de Resoluções ou Portarias, disciplina o exercício do Direito

Legislação Analisada

As atividades de Transporte e Estocagem estão atualmente tratadas na Lei do Petróleo, na Lei do Gás e em regulação editada pela ANP.

Do diagnóstico promovido, verifica-se a duplicidade de tratamento de conceitos e comandos na Lei do Petróleo e na Lei do Gás, o que recomenda, nesta oportunidade, a revisão e adequação da legislação para deixar que todos os temas afetos à exploração e produção de GN sejam tratados no âmbito da Lei do Petróleo, cabendo à Lei do Gás o estabelecimento das atividades associadas como transporte e comercialização.

Legislação Analisada

Sugere-se assim:

- **Atribuir nova redação aos incisos VII, VIII, X e XIX do art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto**

VII – Transporte: movimentação de petróleo e seus derivados em meio ou percurso considerado de interesse geral;

VIII - Transferência: movimentação de petróleo em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;

X – Reservatório ou Depósito: configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo;

XIX – indústria do petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, transporte, importação e exportação de petróleo e outros hidrocarbonetos líquidos e seus derivados.

- **revogar os incisos VI, XXII e XXIII do art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, relativos a tratamento ou processamento de GN, distribuição de GN e Estocagem de GN.**

PROPOSTAS TRANSPORTE

a. instituir o Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural e promover sua definição no âmbito da Lei do Gás, bem como definir Processo ou Mecanismo de Alocação de Capacidade no âmbito da Lei do Gás:

“art. 2º ...

XXXIV - Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural: conjunto integrado das instalações de transporte responsáveis pela movimentação e suprimento de Gás Natural nas regiões geográficas do país coordenado sob operação centralizada para permitir o uso eficiente da rede dutoviária no território brasileiro.

XXXV - Processo ou Mecanismo de Alocação de Capacidade: processo ou mecanismo que estabelece a ordem de prioridade e/ou a atribuição de capacidade entre utilizadores da rede de transporte Interessados na contratação de capacidade em cada ponto de entrada e saída da rede de transporte, de forma independente, transparente e não-discriminatória.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

b. atribuir à ANP competência para a classificação dos gasodutos de transporte que integrarão o Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural, para permitir o uso eficiente da rede dutoviária dedicada à movimentação do gás natural no território brasileiro no âmbito da Lei do Petróleo:

“art. 8º ...

XXIX - classificar os gasodutos de transporte para sua integração ao Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural.

XXX – Divulgar periodicamente e de forma transparente todos os custos de implantação, operação e manutenção dos gasodutos de transporte, as taxas de desconto e índices de depreciação e de retorno condizentes com a atividade de transporte e adotados em face das melhores práticas internacionais para a definição das tarifas.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

c. autorizar a criação do Gestor Independente do Sistema de Transporte de Gás Natural – GIST/GN no âmbito da Lei do Gás:

“art. . Fica autorizada a criação do Gestor Independente do Sistema de Transporte de Gás Natural – GIST/GN, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização da União e regulação e fiscalização pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, com a finalidade de viabilizar a coordenação e operação do Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural de que trata esta Lei.

§ 1º. O GIST/GN será integrado por representantes da Indústria do Gás Natural e dos consumidores livres, autoprodutores e auto importadores.

§ 2º. A regulamentação do GIST/GN cabe à União e deverá abranger, dentre outras matérias, a definição das regras de funcionamento e organização, bem como a forma de participação dos Agentes da Indústria do Gás Natural e dos consumidores livres, autoprodutores e auto importadores.

PROPOSTAS TRANSPORTE

§ 3º. O custeio administrativo e operacional do GIST/GN decorrerá de contribuições de seus membros e emolumentos cobrados sobre as operações realizadas.

§ 4º. As regras de operação e aquelas destinadas à resolução das eventuais divergências entre os agentes integrantes do GIST/GN serão estabelecidas por meio de procedimentos a serem propostos e homologados pela ANP.

§ 5º. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, titulares de concessão ou autorização para a exploração de atividades vinculadas ao Gás Natural ficam autorizadas a integrar o GIST/GN e a aderir ao mecanismo de solução de divergências estabelecidos para o seu funcionamento e operação.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

d. atribuir as principais funções ao Gestor Independente do Sistema de Transporte e Estocagem de Gás Natural – GISTE/GN no âmbito da Lei do Gás:

Lei nº 11.909, de 2009

“Art. Sem prejuízo de outras funções que lhe são atribuídas pelo Poder Executivo, constituem atribuições do Gestor Independente do Sistema de Transporte e Estocagem de Gás Natural – GISTE/GN a coordenação e controle da operação da movimentação e estocagem de Gás Natural.

§ 1º Para o exercício das atividades de coordenação e controle da movimentação e estocagem de Gás Natural, o GISTE/GN deverá:

I - promover o uso eficiente dos gasodutos de produção, de transporte, de transferência, de distribuição e unidades de estocagem de Gás Natural, com vistas a conferir a confiabilidade do sistema e eliminar condutas discriminatórias;

PROPOSTAS TRANSPORTE

d. atribuir as principais funções ao Gestor Independente do Sistema de Transporte e Estocagem de Gás Natural – GIST/GN no âmbito da Lei do Gás:

Art. 61. Sem prejuízo de outras funções que lhe são atribuídas pelo Poder Executivo, constituem atribuições do Gestor Independente do Sistema de Transporte de Gás Natural – GIST/GN a coordenação e controle da operação da movimentação de Gás Natural.

§ 1º Para o exercício das atividades de coordenação e controle da movimentação e estocagem de Gás Natural, o GIST/GN deverá:

- I. coordenar o balanceamento do Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural garantindo sua integridade.; (alternativa de redação “coordenar o balanceamento do sistema para a gestão da flexibilidade decorrente do modelo de alocação de capacidade baseado em entradas e saídas, diferenciando os fluxos físicos e contratuais;)

PROPOSTAS

- II. identificar e publicar informações transparentes e imparciais acerca das capacidades e tarifas de uso do sistema; (alternativa de redação “consolidar e disponibilizar aos agentes as informações relevantes à movimentação de gás natural através Sistema Integrado de Gás Natural.”)
- III. coordenar a manutenção dos ativos; (alternativa de redação “coordenar e adequar os planos de manutenção dos gasodutos de transporte de gás natural;”)
- IV. gerenciar hubs virtuais; (alternativa de redação “gerenciar os pontos de conexão virtuais integrados no Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural;”)
- V. coordenar as operações de movimentação e nominação do Gás Natural realizadas através do Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural;
- VI. propor medidas ou auxiliar no planejamento da expansão da malha de gasodutos de transporte. (alternativa de redação “interagir com o Poder Executivo na formulação de planos de expansão do sistema;”)

PROPOSTAS TRANSPORTE

- VII. responsabilizar-se pela operação da malha em caso de contingência, a partir de critérios definidos pela autoridade competente (alternativa de redação “propor e adotar as ações necessárias para restaurar a movimentação de gás natural em caso de falhas no seu suprimento;”)
- VIII. prover a plataforma para o mercado secundário de capacidade de Gás Natural.

PROPOSTAS TRANSPORTE

e. indicar as principais condições de governança do Gestor Independente do Sistema de Transporte e Estocagem de Gás Natural – GIST/GN no âmbito da Lei do Gás:

Art. 62. O Gestor Independente do Sistema de Transporte de Gás Natural – GIST/GN será organizado e administrado pela assembleia geral, conselho de administração, conselho fiscal e diretoria.

§ 1º. O conselho de administração será integrado por (xx) representantes da Indústria do Gás Natural e dos consumidores livres, autoprodutores e auto importadores que atuam no território nacional, a serem eleitos na forma do estatuto social.

§ 2º. O conselho fiscal será composto por (xx) representantes da Indústria do Gás Natural e dos consumidores livres, autoprodutores e auto importadores que atuam no território nacional, a serem eleitos na forma do estatuto social.

PROPOSTAS TRANSPORTE

§ 3º. O GIST/GN será dirigido, em regime colegiado, por uma diretoria composta por (xx) membros a serem especificamente contratados para essa finalidade.

§ 4º. A regulamentação do GIST/GN deverá dispor sobre sua estrutura, funcionamento e demais competências, abrangendo, inclusive, a metodologia e forma de concessão de incentivos econômicos aos seus membros para estimular a eficiência da estrutura dutoviária de transporte.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

f. atribuir à ANP competência para fiscalizar as receitas requeridas de transportadores e as tarifas de transporte de gasodutos autorizados e existentes, acrescentando o § 3º ao art. 13 e conferindo nova redação ao art. 28 e acrescentando o parágrafo único ao art. 31 todos da Lei do Gás:

“Art. 13 ...

§ 3º. Para o cálculo da receita anual requerida referida no caput deste artigo, os transportadores deverão disponibilizar para a ANP os custos de implantação do ativo, acrescidos dos custos de operação e manutenção do gasoduto de transporte, a taxa de desconto e índices de depreciação e de retorno condizentes com a atividade de transporte e estritamente adotados em face das melhores práticas internacionais.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

...

Art. 28. As tarifas de transporte de gás natural para novos gasodutos objeto de autorização serão propostas pela ANP, segundo os critérios por ela previamente estabelecidos e que levarão em conta os custos de implantação do ativo, acrescidos dos custos de operação e manutenção do gasoduto de transporte autorizado, bem como a determinação das taxas de desconto e dos índices de depreciação e de retorno condizentes com a atividade de transporte e estritamente adotados em face das melhores práticas internacionais.

...

Art. 31. ...

Parágrafo único. Compete à ANP divulgar, em até 30 dias da regulação a ser editada para esse fim, todos os dados e premissas adotados para a tarifação dos gasodutos existentes, disponibilizando a avaliação da base dos ativos, dos custos de operação e manutenção dos gasodutos de transporte e determinação das taxas de desconto e dos índices de depreciação e de retorno condizentes com a atividade de transporte.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

g. atribuir à ANP competência para instituir, regular e fiscalizar o modelo de reserva de capacidade por entradas e saídas alterando a redação do art. 32 da Lei do Gás, Lei nº 11.909, de 2009

“Art. 32. Fica assegurado o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, nos termos desta Lei e de sua regulação a cargo da ANP, observado o disposto no § 2º do art. 3º e no § 3º do art. 30 desta Lei.

Parágrafo único. Compete à ANP instituir, regular e fiscalizar o Processo ou Mecanismo de Alocação de Capacidade, inclusive nos casos de expansão.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

h. revogar o art. 5º da Lei do Gás em razão da criação do Gestor:

Art. . Fica revogado o art. 5º da Lei nº 11.909, de 2009.

i. atribuir à ANP competência para instituir, regular e fiscalizar mecanismos de “capacity release” para todos os contratos de transporte a serem contratados e existentes, alterando a redação do art. 35 da Lei do Gás:

“Art. 35. A ANP deverá regular e fiscalizar o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, disciplinando a cessão de capacidade mediante a fixação de condições e critérios para sua liberação e contratação.

§ 1º. Compete à ANP fiscalizar e autorizar a cessão de capacidade, propondo mecanismos compulsórios de cessão de capacidade na hipótese de capacidade ociosa.

§ 2º Entende-se por cessão de capacidade a transferência, no todo ou em parte, do direito de utilização da capacidade de transporte contratada.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

j. fixar premissas para viabilizar celeridade aos processos de outorga, alterando a redação dos § § do art. 3º

“Art. 3º ...

§ 1º O regime de concessão aplicar-se-á a todos os gasodutos de transporte considerados de interesse geral e a critério do Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, poderão ser fixados condições e critérios diferenciados e expeditos para a outorga da concessão.

§ 2º O regime de autorização de que trata o inciso II do caput deste artigo aplicar-se-á aos gasodutos de transporte que envolvam acordos internacionais e a critério do Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, poderão ser fixados condições e critérios diferenciados e expeditos para a outorga de autorização de gasodutos de interesse específico.

§ 3º Caberá ao Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, fixar o período de exclusividade que terão os carregadores iniciais para exploração da capacidade contratada dos novos gasodutos de transporte.

PROPOSTAS TRANSPORTE

§ 4º A empresa ou o consórcio de empresas concessionários ou autorizados para o exercício da atividade de transporte de gás natural somente poderão explorar aquelas atividades referidas no art. 56 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, além das atividades de estocagem, transporte de biocombustíveis e construção e operação de terminais.

§ 5º No caso de autorização de que cuida o § 2º deste artigo, caberá à ANP a regulação e fixação das respectivas tarifas de transporte a serem aplicadas.

§ 6º A ANP deverá, quando for o caso, declarar a utilidade pública para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação dos gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias.”

PROPOSTAS TRANSPORTE

I. acrescentar premissas para a expansão do sistema alterando a redação e acrescentando parágrafos ao art. 4º da Lei do Gás:

Art. 4º Caberá ao Ministério de Minas e Energia:

I - propor, ouvido o GIST/GN, os gasodutos de transporte que deverão ser construídos ou ampliados;

II - recomendar o regime de concessão ou autorização, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º desta Lei;

III – fixar diretrizes para acelerar o processo de outorga de gasodutos de transporte de interesse geral.

§ 1º O Ministério de Minas e Energia considerará estudos de expansão da malha dutoviária do País para dar cumprimento ao disposto neste artigo.

PROPOSTAS TRANSPORTE

§ 2º O Ministério de Minas e Energia poderá determinar a utilização do instrumento de Parceria Público Privada, de que trata a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, bem como a utilização de recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e da Conta de Desenvolvimento Energético, na forma do disposto no art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2001, para viabilizar a construção de gasoduto de transporte proposto por sua própria iniciativa e considerado de relevante interesse público.

§ 3º Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes destinadas a propiciar a expansão do Sistema Integrado de transporte de Gás Natural de que cuida esta Lei:

- a. Os custos da expansão de gasodutos integrantes do Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural serão rateados entre todos os usuários, mediante a previsão de incentivos que coíbem investimentos ineficientes;
- b. Os custos da expansão de gasodutos interesse específico serão pagos pelos usuários por ele atendidos.
- c. Todos os reforços em gasodutos integrantes do Sistema Integrado de Transporte de Gás Natural serão considerados como custos do sistema e rateados pelos seus usuários.”

PROPOSTAS ESTOCAGEM

a. propor novos conceitos no âmbito da Lei do Gas:

Lei nº 11.909, de 2009

“Art. 2º ...

X - Estocagem de Gás Natural: armazenamento de gás natural em formações geológicas produtoras ou não de hidrocarbonetos;

XI - Acondicionamento de Gás Natural: Acondicionamento de Gás Natural: confinamento de gás natural na forma gasosa, líquida ou sólida em tanques ou reservatórios artificiais para o seu estoque, movimentação ou consumo;”

b. excluir o conceito e decorrente tratamento no âmbito da Lei do Petróleo:

“Art. . Revogam-se o inciso XXIII do art. 6º e os arts. 53 e 54 da lei nº 9.478, de 1997.”

PROPOSTAS ESTOCAGEM

c. inserir (conforme texto proposto pela ANP) disposições específicas para o regramento da estocagem de gás natural, alterando a redação dos arts. 37 a 42 da Lei do Gás, acrescentando-se os artigos 42 A e 42 B para preservação da numeração legal adotada

d. inserir (conforme texto proposto pela ANP) disposições específicas para o regramento da licitação da estocagem de gás natural no âmbito da Lei do Gás

e. inserir (conforme texto proposto pela ANP) disposições específicas para o regramento do acondicionamento de gás natural no âmbito da Lei do Gás:



Amim
Sociedade de Advogados

Mariana Amim

📞 **55 11. 99951-7475**

✉ **mariana@amimadvogados.com.br**

Rua Alvorada, 1.289 – cj 1801
04550-004 – São Paulo – SP
(11) 3841-9579

